



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

AS REPERCUSSÕES DA PROVA BRASIL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: O INÍCIO DE UMA DISCUSSÃO

Andressa Aita Ivo
Franciele Roos da Silva Ilha

RESUMO

Diversas tem sido as repercussões das atuais políticas e reformas educacionais no contexto escolar, principalmente aquelas que envolvem os sistemas de avaliação em larga escala. Tais repercussões trazem efeitos para o currículo, a gestão escolar e o trabalho docente, sendo o foco aqui a ser abordado o primeiro e terceiro pontos relativos à disciplina de Educação Física. Para tanto, objetivou-se discutir como a Prova Brasil pode influenciar na disciplina de Educação Física, no que tange a sua especificidade, identidade, aspectos didáticos, bem como ao trabalho do docente deste componente curricular na instituição escolar. O fato das provas abarcarem apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática produzem efeitos nos currículos escolares e isto permite que seja reforçada a ideia de que tais disciplinas são historicamente consideradas mais importantes de serem ensinadas e aprendidas na escola do que as demais, como é o caso da Educação Física. Ressalta-se, portanto, a importância da Educação Física e seu desenvolvimento na escola não se deixar influenciar por estes exames, a ponto de sofrer uma reestruturação curricular em prol de atender as exigências das avaliações externas, como já se observa em relação à disciplina de Língua Portuguesa e Matemática no que tange a Prova Brasil.

Palavras-chave: Prova Brasil. Educação Física Escolar. Sistemas de Avaliação.

ABSTRACT

Several have been the impact of current policies and educational reforms in schools, especially those that involve systems of large-scale evaluation. These effects carry implications for the curriculum, school management and teaching, the focus here is to be addressed first and third points on the discipline of Physical Education. To this end, it was aimed to discuss how the trial Brazil can influence the discipline of Physical Education, with respect to its specificity, identity, educational aspects, as well as the work of the teaching component of this curriculum in schools. The fact that the only evidence straddling the disciplines of the Portuguese language and mathematics curricula in effect and this allows to reinforce the idea that these disciplines are traditionally considered more important to be taught and learned in school than others, as is the case of Physical Education. It is noteworthy, therefore, the importance of physical education and its development in the school is not swayed by these tests, about to undergo a restructuring of the curriculum in favor of meeting the requirements of external assessments, as has been observed in relation to discipline Portuguese and Mathematics Test with respect to Brazil.

Keywords: Brazil Exam. Physical Education. Evaluation Systems.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

RESUMEN

Varios de ellos han sido el impacto de las políticas actuales y las reformas educativas en las escuelas, especialmente aquellos que implican sistemas de evaluación en gran escala. Estos efectos tienen implicaciones para el currículo, la gestión escolar y la enseñanza, el enfoque aquí es que deben abordarse los puntos primero y tercero en la disciplina de Educación Física. Para ello, se tuvo como objetivo discutir cómo el Brasil, el juicio puede influir en la disciplina de Educación Física, con respecto a su especificidad, la identidad, los aspectos educativos, así como el trabajo del componente de enseñanza de este plan de estudios en las escuelas. El hecho de que la única prueba a caballo entre las disciplinas de la lengua portuguesa y currículo de matemáticas en efecto, lo que permite reforzar la idea de que estas disciplinas son considerados tradicionalmente como más importante que se enseña y se aprende en la escuela que otros, como es el caso de la Educación Física. Es digno de mención, por lo tanto, la importancia de la educación física y su desarrollo en la escuela no se deja influenciar por estas pruebas, a punto de someterse a una reestructuración del plan de estudios a favor de cumplir los requisitos de las evaluaciones externas, como se ha observado en relación a la disciplina portugués y prueba de Matemáticas con respecto a Brasil.

Palabras clave: Examen de Brasil. Educación Física. Sistemas de evaluación.

Introdução

A partir das reformas educacionais empreendidas na década de 1990 no Brasil, podemos observar profundas modificações no campo educacional, com grandes repercussões sobre o trabalho docente, a gestão escolar, o currículo, o sistema educacional como um todo. Em decorrência disso, diversas pesquisas têm sido realizadas no bojo das atuais reformas educacionais, a fim de compreender os efeitos das políticas no contexto educacional (OLIVEIRA, 2004; DAMASCENO, 2009; HYPOLITO, 2010).

Vivenciamos, portanto, uma nova organização do trabalho escolar, resultado de reformas educacionais, baseadas num modelo gerencialista de gestão, com ênfase em currículos centralizados, implementação de sistemas de avaliação em larga escala para todo sistema educacional, políticas de indicadores, precarização e flexibilização do trabalho docente (GARCIA e ANADON, 2009; OLIVEIRA, 2007; SOUZA e ARCAS, 2010).

Trata-se de uma política que geralmente desconsidera as diferenças sociais e os contextos escolares, e que transfere a lógica do mercado para o campo educacional. No Brasil, os sistemas de avaliação em larga escala, tem ganhado cada vez mais importância nas políticas educacionais, a partir de um discurso que visa uma educação de qualidade para todos. Qualidade essa que tem sido associada ao desempenho dos alunos em exames padronizados.

Do mesmo modo, o trabalho do professor passa a ser avaliado mediante os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações externas, uma vez que a publicização dos resultados é obrigatória, os dados ficam disponíveis a toda sociedade e os interessados podem acompanhar o



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

desempenho das escolas, favorecendo os rankings e classificações entre as instituições de ensino. Como apontam varias pesquisas (Souza e Arcas, 2010; Oliveira, 1998), nota-se que as escolas muitas vezes passam a trabalhar no sentido de alcançar metas pré-determinadas e a prática docente se restringe a preparação dos alunos para as avaliações externas.

Diversas tem sido as repercussões das atuais políticas no contexto escolar, e neste sentido a disciplina de Educação Física não passou despercebida, o que nos remete a seguinte indagação: de que maneira a Prova Brasil pode influenciar na disciplina de Educação Física?

Desta forma, este estudo tem como objetivo discutir como a Prova Brasil pode influenciar na disciplina de Educação Física. Por conseguinte, é no campo temático das políticas e reformas educacionais que o presente trabalho se insere, buscando lançar um olhar sobre as repercussões dos sistemas de avaliação em larga escala sobre a disciplina de Educação Física.

Metodologia

Este estudo fundamenta-se nos pressupostos da abordagem da qualitativa, a qual privilegia em sua análise, segundo Bodgan e Biklen (1994), toda a riqueza do fenômeno e a forma com que os dados foram registrados. Com o intuito de abordar com clareza os objetivos do estudo optou-se por realizar uma pesquisa do tipo estudo de caso. Possebon (2004, p.52) esclarece que o estudo de caso implica em uma “análise detalhada, compreensiva, sistemática e em profundidade do caso elemento de interesse”. Ele pode ser similar a outros casos, mas ao mesmo tempo é distinto por apresentar uma escolha dentre os demais (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Esta pesquisa caracteriza-se ainda por ser fruto de dois estudos de casos, ainda em andamento, sendo, portanto, definida como do tipo estudo de casos. Os casos são duas escolas (Escola A e Escola B) municipais de Santa Maria (RS).

Os sujeitos da pesquisa são os professores de Educação Física de cada uma das escolas, assim como os de português e de matemática e algum membro da equipe diretiva de ambas. As informações estão sendo coletadas através da entrevistas. Para este artigo, é utilizada como fonte de dados apenas duas entrevistas, uma da professora de matemática da Escola A e outra da coordenadora pedagógica da Escola B, pois a fase atual é de agendamento das mesmas. Segundo Lüdke e André (1986), a entrevista consiste num instrumento básico no desenvolvimento de estudos qualitativos, sendo que essa técnica de trabalho permeia a maioria das investigações no âmbito das ciências sociais.

As informações estão sendo interpretadas pela análise de conteúdo. Este tipo de análise, por sua vez, apresenta como objetivos: compreender criticamente os sentidos das comunicações; seu conteúdo manifesto ou latente; as significações explícitas ou ocultas (CHIZZOTTI, 2000).



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Sistemas de avaliação em larga escala: algumas considerações acerca da Prova Brasil

A Prova Brasil¹ trata-se de uma avaliação para diagnóstico em larga escala, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Criada em 2005, a prova tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, a partir de exames padronizados.

Os exames são aplicados aos alunos dos quinto e nono anos do ensino fundamental e para os alunos do terceiro ano do ensino médio. Os estudantes respondem a questões de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e de Matemática, com ênfase na resolução de problemas.

A Prova Brasil é aplicada a cada dois anos, e no ano em que o exame é realizado, as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas da educação básica, que possuem turmas de quinto e nono anos do ensino fundamental e terceiros anos do ensino médio, recebem os cadernos Matrizes de Referência, temas, tópicos e descritores que serão cobrados na avaliação.

Os cadernos fornecem aos gestores e professores as informações sobre os pressupostos teóricos que embasam a avaliação - denominados descritores, além de uma série de exemplos de questões sobre língua portuguesa e matemática.

As médias de desempenho na Prova Brasil subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), juntamente com as taxas de rendimento escolar (aprovação e evasão). O IDEB² foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. O Brasil tem como objetivo alcançar até 2021 o patamar educacional que possuem os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE³), isso significa aumentar a média nacional de 4.6 para 6.0⁴ nas séries finais do Ensino Fundamental, e de 4.0 também passar para 6.0 nas séries finais do Ensino Fundamental.

Em alguns estados e municípios brasileiros, o desempenho das escolas na Prova Brasil tem servido como um sistema de incentivo para os gestores e professores que receberem bonificações de acordo com o desempenho dos alunos, a exemplo disso temos os estados do Rio Grande do Sul, Ceará e Rio de Janeiro.

A estratégia de bonificação associada aos sistemas de avaliação em larga escala, geram diferentes efeitos sobre o trabalhador docente, bem como sobre todos os profissionais da educação tanto na individualidade de cada sujeito, como também sobre todo o coletivo.

¹ As informações contidas neste texto sobre a Prova Brasil foram obtidas através do site do portal do MEC acessado em 30 de maio de 2012, às 14h 41min.

² As informações contidas neste texto acerca do IDEB foram obtidas através do site do portal do MEC acessado em 30 de maio de 2012, às 15h 3min.

³ Organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, na França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros (<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>).

⁴ Média dos países da OCDE registrada em 2009.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

O cenário no qual se constituem as avaliações externas, com ênfase nos resultados, políticas de bonificação, competitividade, e o fato das provas abarcarem apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática, produzem efeitos nos currículos escolares. Este último aspecto permite que seja reforçada a ideia de que tais disciplinas são historicamente consideradas mais importantes de serem ensinadas e aprendidas na escola do que as demais. E, é neste contexto que nos detemos na disciplina de Educação Física. Trata-se de uma luta por espaço e valorização dentro do currículo escolar, onde a disciplina de Educação Física acaba sendo prejudicada, tendo sua carga horária geralmente diminuída, assim como, não raro ocorrem mudanças de horário da disciplina, transferindo-a para o turno inverso ou inserindo-a em horários alternativos, em detrimento do aumento da carga horária das disciplinas avaliadas nos exames externos.

Na entrevista com a professora da Escola B, por exemplo, tem-se o seguinte depoimento: *“Eu tenho quatro horas semanais por turma, isso também foi uma reivindicação nossa, porque era muito conteúdo para trabalhar com as turmas e dar conta para as avaliações, e daí conversando com a coordenadora ela conseguiu colocar a educação física para o turno inverso e aumentou uma hora aula para o português e para a matemática, porque são disciplinas que exigem mais e três horas para ti trabalhar com os alunos é muito pouco, então esta é uma conquista bem importante”* (Professora de matemática). Evidenciam-se com isso, o descaso com que a disciplina de Educação Física é tratada frente às demais, principalmente aquelas que compõem as disciplinas avaliadas nos exames em larga escola. Importa destacar que, o que pode parecer em um primeiro momento apenas uma pequena mudança de horário, neste caso de turno, representa bem mais que isto, já que envolve questões de deslocamento de alunos em outro turno.

Os dados de pesquisa de Ilha, Cristino e Krüger (2006) podem pautar esta compreensão, ao constatarem que a evasão dos alunos de ensino médio nas aulas de Educação Física, de uma escola pública do município de Caçapava do Sul (RS), está diretamente relacionada com a mudança de turno da disciplina. Com esta mudança, os autores relatam que os alunos sentem-se desmotivados e muitos deles levam atestados médicos e de trabalho falsificados. Além disso, esta escola apresenta uma questão peculiar, o fato de muitos alunos utilizarem o transporte escolar, e este é disponibilizado pela prefeitura somente no turno normal das aulas, de modo que e os mesmos não possuem condições financeiras de arcar com os gastos para irem à escola no turno inverso. Acerca disto, a instituição nada ou pouco pode fazer para solucionar o problema, a não ser que retorne a realizar as aulas de Educação Física no turno normal.

Tais resultados, mostram-se em concordância com o trabalho de Krug e Krüger (2007) ao concluírem que a grande maioria das escolas com Ensino Médio da cidade de Santa Maria (RS) realizam as aulas de Educação Física no contra-turno das outras disciplinas do currículo escolar.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

A disciplina de Educação Física: componente curricular ou disciplina complementar?

Muitas vezes a disciplina de Educação Física é vista na escola, como uma disciplina complementar e de menor importância dentre as demais disciplinas que compõem o currículo escolar. Isto por quê:

Em nossa sociedade, de um modo geral, existem representações sociais acerca da Educação Física Escolar, que a identificam como uma disciplina responsável apenas pela prática de treinamento desportivo e pela prática recreativa e /ou lazer, sem qualquer preocupação em relacionar-se com a realidade social mais ampla, da qual faz parte (BARBOSA, 2001, p.17).

A própria obrigatoriedade da disciplina, já foi em diferentes momentos colocada em discussão (BRASIL, 2001), bem como a liberação dos alunos da prática da Educação Física escolar (BRASIL, 2003). É como se a todo instante os profissionais da área precisassem comprovar a sua importância e validade no âmbito escolar, o que nos remete aos seguintes questionamentos: porque a disciplina de Educação Física geralmente é vista com inferioridade em relação às demais disciplinas? Por que diminuir a carga horária da disciplina de Educação Física em detrimento de outras disciplinas? Qual é o papel da disciplina de Educação Física no currículo escolar?

O conhecimento da história da Educação Física pode contribuir, de certa maneira, para a compreensão destas constatações e questionamentos. Isto porque, a Educação Física no início de sua inserção na escola não tinha identidade própria, ou seja, ela servia aos interesses da sociedade e era desenvolvida de acordo com as demandas políticas, sociais e econômicas de cada época. Portanto, os acontecimentos históricos e até mesmo algumas instituições, como a instituição militar tinham o poder de interferir nos encaminhamentos didáticos e nos enfoques dados as aulas de Educação Física escolar pelo professor da mesma, que inicialmente não precisava ter formação específica na área.

Com o surgimento das abordagens de ensino da Educação Física, a partir da década de 1970, iniciou-se um processo de reflexão crítica no contexto acadêmico em torno de qual seria o papel que a mesma deveria cumprir no âmbito escolar. Diversas obras foram elaboradas com o intuito de colaborar na desconstrução de adoções, por parte de professores, de concepções tradicionais e tecnicistas para o ensino da Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992; FREIRE, 1989; DARIDO, 1999; KUNZ, 1998). Esse movimento renovador também buscava desconstruir compreensões ultrapassadas da disciplina como uma atividade essencialmente prática, como se constituindo apenas em uma atividade livre e recreativa, bem como desmistificar o fato de professores considerarem apenas os esportes coletivos como conteúdos a serem trabalhados nas aulas. Como afirma Barbosa (2001, p.89) “o real para o professor é a crença de que a Educação Física tem por finalidades proporcionar saúde e lazer, através de atividades esportivas e recreativas, de forma neutra em relação aos conflitos sócio-políticos”.

Sendo assim, ao investigar as representações sociais da Educação Física Escolar, Barbosa (2001), entrevistou nove docentes e vinte e um alunos do ensino médio de uma escola do Rio de



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Janeiro, de modo que a maioria dos professores acreditam que o esporte deve ser principal conteúdo trabalhado nas aulas desta disciplina durante este período escolar, já que entendem que durante o ensino fundamental os alunos já experenciam todos os desportos possíveis de serem trabalhos nesta instituição e no ensino médio cabe a eles escolher qual querem fazer, por prazer ou para aperfeiçoá-lo. Em consequência disto, a opinião dos alunos entrevistados segue a mesma linha de pensamento dos professores, ou seja, o professor de Educação Física é o principal articulador das representações sociais desta disciplina. Inclusive, um dos alunos esclarece que a Educação Física não tem nada a lhe acrescentar, porque esporte ele já pratica em uma escolhinha específica.

Os exemplos acima mencionados são apenas alguns indicativos de como a Educação Física e seu papel na escola oscilaram ao longo dos anos.

Entretanto, mesmo sendo reconhecida a importância das abordagens de ensino para a construção da especificidade e identidade da Educação Física, as discussões oriundas dessas obras permaneceram ao nível acadêmico, tendo pouco impacto nas práticas escolares. Além disso, cada abordagem prima pelo desenvolvimento de um tipo de conteúdo; enfatiza um aspecto do desenvolvimento humano ou adota uma forma muito específica de ensino. O que torna a própria compreensão aprofundada de tais abordagens difíceis e a sua realização no contexto da escola pública ainda mais complicadas. Outro aspecto que reforça a resistência dos professores em utilizar determinada abordagem é o fato destas geralmente não considerarem ou problematizarem problemas incidentes e comuns da escola brasileira, como a inserção de alunos especiais na classe regular, à indisciplina, a violência, o uso de drogas, entre outros fatores que permeiam os espaços escolares na atualidade.

Desta forma, a legitimidade da Educação Física no contexto escolar vem sendo delineada mais fortemente a partir de sua inserção no currículo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), mesmo que facultativa para casos específicos. Sendo então, garantida a sua obrigatoriedade com as alterações no art. 26, § 3º e art. 92 desta Lei (BRASIL, 2003; BRASIL, 2001). Porém, essa obrigatoriedade não garante que se tenha um professor da área na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, podendo tal disciplina ser realizada pelo professor da classe. A existência ou não de um professor de Educação Física atuando nesses períodos dependerão da disponibilidade de professores da área e/ou de interesses dos gestores escolares e educacionais que podem ser definidos pelas legislações municipais, estaduais ou resultarem de acordos entre secretários da educação, gestores, professores de Educação Física e professores da classe.

A respeito dessa obrigatoriedade, Gariglio *et al.* (2012, p.6) afirmam que mesmo com este avanço, no qual a Educação Física obteve sua legitimidade legal, ela apresenta “no conjunto da cultura escolar um déficit crônico de legitimidade”.

Há que se considerar nesta reflexão, as peculiaridades da Educação Física, que fazem da mesma uma disciplina “diferenciada” dentro do contexto escolar, são elas: 1) a falta de um

planejamento curricular para a disciplina no cotidiano escolar⁵; 2) o fato de trabalhar com atividades corporais para desenvolver conteúdos da cultura corporal de movimento; 3) o diferencial de ser geralmente realizada em locais abertos e assim, sofre com as intempéries do tempo; 4) relacionada ao item anterior, pois constitui “vitrine” para toda a escola, todos podem observar e muitas vezes palpitar sobre as aulas.

No entanto, essas considerações não justificam o fato da Educação Física não ter melhorado seu *status* na escola e em toda a sociedade, inclusive a valorização do próprio professor da disciplina, já que a mesma é componente curricular obrigatório na instituição escolar e tem sua importância mais do que comprovada pelas investigações científicas e na informalidade, através de conversas com alunos e professores no cotidiano escolar.

A Educação Física, sofre ainda, uma crise de legitimidade no meio escolar e tem desvalorizada a sua especificidade (GARIGLIO ET AL, 2012) e em alguns casos, as suas próprias peculiaridades, que deveriam ser exaltadas devido ao leque de possibilidades de aprendizagem que a mesma pode proporcionar aos alunos quando embasada teórica e criticamente, são motivo de exclusão de seus docentes nas atividades pedagógicas e até mesmo da e na sala coletiva dos demais professores.

Apesar de um certo consenso sobre a importância do ensino da Educação Física na escola básica, continuamos a nos questionar sobre os conteúdos a serem trabalhados, como ensiná-los e por que alguns alunos desprestigiam esse saber juntamente, muitas vezes, com os professores de outras disciplinas (BARBOSA, 2010, p.13).

O que falta para a Educação Física ser legitimada na escola e na sociedade: qual a sua especificidade?

Conforme já discutimos anteriormente a disciplina de Educação Física ao longo do tempo busca sua legitimidade no âmbito escolar, embora vários estudos e pesquisas venham sendo desenvolvidas nas últimas décadas, ainda diversos aspectos precisam ser abordados para que possamos compreender o seu papel e importância no currículo escolar.

Recentemente novas discussões tem ganhado espaço no campo da Educação Física, a partir da inclusão de questões relacionadas à mesma em exames nacionais de larga escala, como no caso do Exame Nacional Ensino Médio (ENEM)⁶, como também a inclusão da disciplina nas provas de vestibular de algumas universidades, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A primeira vez que a Educação Física foi incluída no ENEM, ocorreu no ano de 2009. Conforme a matriz de referência, os conteúdos das questões tem como objetivo compreender e usar

⁵ Mesmo com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apontam conteúdos, atividades, formas de avaliação, nas escolas ainda é precária a elaboração dos planos de trabalho e de aula dos professores.

⁶ Criado em 1998 o exame tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da escolaridade básica, pode ser utilizado para ingresso em universidades, como também para obtenção do certificado de conclusão do ensino médio (<http://www.portal.mec.gov.br>).



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

a linguagem corporal como relevante para a própria vida, integradora social e formadora da identidade.

Ao que tange a inclusão da disciplina de Educação Física no processo seletivo de vestibular, a UFSM incluiu no seu Programa de Referência para 2013, conteúdos referentes à disciplina, conforme o documento:

Os conhecimentos da Educação Física possibilitam o entendimento histórico, cultural, social, biológico e estrutural de funcionamento das distintas manifestações da cultura corporal, representadas em nossa sociedade pelos esportes, jogos tradicionais/populares, ginástica e atividade física na natureza. Os estudantes, nessa área, necessitam, então, analisar, conhecer, contextualizar, caracterizar, comparar, interpretar, entender, argumentar (PROGRAMA DE REFERÊNCIA, 2013, p. 11).

Ainda que a inclusão da disciplina de Educação Física nos exames de avaliação em larga escala seja um tema recente e que não tenhamos muitas pesquisas acerca de tal temática, algumas considerações já podem ser traçadas. As discussões que envolvem esta problemática buscam justamente compreender se esta seria uma maneira da Educação Física ganhar mais espaço no currículo escolar, bem como legitimidade.

Embora no presente trabalho tenhamos poucos dados empíricos, é muito provável que a inclusão da disciplina em sistemas de avaliações externos, traga conseqüências para o campo da Educação Física, em vários aspectos, como na formação inicial e continuada dos profissionais da área, nas metodologias de ensino, nos conteúdos desenvolvidos nas aulas, entre outros. Porém, não podemos perder de vista, que o fato da disciplina ser incluída nos sistemas de avaliação não é garantia de uma melhora na qualidade do ensino, de reconhecimento ou legitimidade para a área.

A legitimidade da área não pode ser associada exclusivamente às políticas educacionais baseadas em sistemas de avaliação, ou correremos o risco, da disciplina ficar submetida ao que é cobrado nos exames, conforme varias pesquisas já apontam em relação às disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Por esta razão reforçamos a importância dos professores de Educação Física estarem cientes das atuais políticas educacionais, buscando compreender repercussões das políticas para o seu trabalho, para a disciplina de Educação Física, para o currículo, para a gestão escolar, ou seja, para todo o sistema de ensino.

Se a Educação Física compõe o currículo curricular, o professor da disciplina, não pode se abster das discussões pedagógicas, dos conselhos de classe e de todas as atividades extra-classe da escola. Muito pelo contrário, ele deve estar presente nestes momentos, porque faz parte do seu trabalho e também para mostrar a importância da disciplina no contexto escolar. Esta questão parece óbvia, no entanto, é necessário abordá-la devido à existência de estudos realizados que indicam que professores de Educação Física não costumam participar de conselhos de classe, de reuniões pedagógicas e de pais e mestres das escolas (ILHA, 2008; NUNES, 2001; BETTI; MIZUKAMI, 1997). Inclusive, a entrevistada da Escola B faz a seguinte consideração, quando questionada sobre a existência das reuniões pedagógicas: “*Temos, isso é um ponto positivo da nossa*



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

escola, toda a semana, por exemplo, os professores do 1º ano eles se encontram e enquanto isso fica um professor de apoio com a turma, o professor de educação física” (Coordenadora pedagógica). Com este depoimento, percebe-se claramente que o professor de Educação Física representa nesta escola um profissional de apoio, diferente dos demais, sendo eximido de participar das reuniões que dizem respeito ao seu próprio trabalho.

Os motivos, justificativas e/ou desculpas para a não participação dos professores de Educação Física, de um modo geral, nas atividades escolares para além da sua prática pedagógica são muitos, e envolvem desde o fato de não serem avisados e/ou convidados para essas atividades à questão de entenderem que não é necessário tal participação. No caso aqui investigado, o professor da Escola B, além de não ser convidado para as reuniões, era incumbido de cuidar dos alunos, enquanto os demais professores discutiam questões pedagógicas pertinentes ao ensino.

A lógica das atuais políticas educacionais é de uma perversidade que pode ser expressa a partir da própria disciplina de Educação Física, pois ao mesmo tempo, que a disciplina parece estar ganhando legitimidade, como no fato de ser incluída dentre as disciplinas cobradas no vestibular, ela é desvalorizada no ensino fundamental, quando tem sua carga horária diminuída, ou sofre alterações nos horários das aulas em detrimento da Prova Brasil.

Tal fenômeno demonstra que o fato da disciplina passar a fazer parte de algumas avaliações externas, não corresponde à legitimidade da mesma, pois entendemos que a disciplina deve ser considerada relevante nos currículos escolares de toda educação básica. Assim, o que se busca é a legitimidade da Educação Física na escola, nas políticas educacionais e na sociedade; o reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento físico, motor, cognitivo, psicossocial, cultural e afetivo dos alunos. Espera-se que a valorização não ocorra somente no ensino médio e visando apenas à preparação dos alunos para uma prova.

As possibilidades de mudança no modo como a Educação Física é vista e compreendida no âmbito educacional são inúmeras, e devem ter como ponto de partida a prática pedagógica dos professores e a formação de futuros docentes. Ramos e Ferreira (2000) sugerem, por exemplo, a inclusão de temas transversais, como saúde, nas aulas de Educação Física, como segue:

Em aulas cujo conteúdo central seja o futebol, por exemplo, explicitar aos alunos a importância e a necessidade de se realizar exercícios de aquecimento e alongamento das principais musculaturas envolvidas naquela prática esportiva, apresentando informações claras e justificando sua realização, evitando, desta maneira, as famosas “dores do dia seguinte” e, mais do que isto, possibilitar a autonomia do aluno em relação à atividade física e saúde (RAMOS e FERREIRA, p. 59, 2000).

A passagem acima ilustra o fato de existirem diferentes maneiras dos professores trabalharem com o vasto arcabouço teórico que pode ser utilizado nas aulas de Educação Física, desmistificando a concepção da prática pela prática. Desta forma, outros tantos conhecimentos podem interagir no desenvolvimento dos conteúdos a serem trabalhados nas aulas.

Contudo, é necessário que o professor busque novas estratégias de ensino e saia da zona de conforto que muitos se encontram, Betti (2002) aponta outras possibilidades para as aulas de



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Educação Física, através do uso dos demais espaços da escola, como a sala de aula, a biblioteca, o anfiteatro ou por meio da utilização de recursos tecnológicos, como vídeos, retroprojeter, data show. Ou seja, as aulas não devem se restringir apenas ao uso dos espaços externos e de materiais esportivos, tradicionalmente destinados a Educação Física, o professor dentro das suas possibilidades deve ousar mais nas suas aulas, não se limitando apenas as práticas de esportes, mas compartilhando conhecimentos, tanto nas aulas teóricas, quanto nas aulas práticas.

Barbosa (2010), ao abordar a utilização de recursos audiovisuais nas aulas de Educação Física, faz importantes considerações em torno do tema. Afirma o autor, que é incomum o ato dos professores de Educação Física buscar inovar os recursos utilizados em suas aulas, devido, em boa parte dos casos, do desconhecimento da potencialidade de tais meios de ensino, restringindo-se aos materiais das práticas esportivas e ao quadro de giz. Com a intenção de transformar esta realidade, ele aponta vários recursos audiovisuais que podem se constituir como um meio relevante de promover a aprendizagem dos alunos, quando explica detalhadamente a forma mais adequada de utilizar cada um. Os recursos explanados são o quadro de giz, álbum seriado, transparência para retroprojeter/programa de computador para exibição de slide, filme/desenho animado/documentário e gravuras/fotografias/recursos tridimensionais. Importa destacar que, apesar de identificar meios comuns como recursos a serem utilizados, como o quadro de giz, Barbosa (2010) destaca que muitas vezes os docentes não exploram os recursos mais antigos e todos aqueles disponíveis na escola na qual trabalham.

A legitimidade da disciplina de Educação Física, no contexto educacional está muito relacionada com o comprometimento do professor para com a mesma. Em outros termos, o que fica evidente é o fato de a “linguagem utilizada por professores e alunos, ao tratarem de questões referentes à Educação Física Escolar, reproduz, através de significados das palavras, os valores, associados a práticas sociais que se cristalizam” (BARBOSA, 2001, p.86). Embora, sejam conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos docentes para o desenvolvimento das aulas, como a falta de materiais didáticos, a precariedade dos espaços destinados à prática, as precárias condições de trabalho, isso não pode servir de escudo para o professor justificar o seu descomprometimento com o ensino para os alunos.

Assim, o professor deve desempenhar um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem, contudo, não estamos eximindo o Estado de suas responsabilidades no sentido de garantir condições de trabalho adequadas para os docentes poderem desempenhar suas funções. Mas, reiteramos a necessidade dos professores de Educação Física se sentirem parte do sistema educacional e darem sentido a sua prática pedagógica.

Esse é um dos grandes riscos que corremos com os sistemas de avaliação em larga escala, a transferência de responsabilidades do Estado para a escola, assim o professor passa a ser julgado e avaliado a partir do desempenho dos alunos, conforme já foi dito anteriormente, desconsiderando os vários aspectos interescolares e extraescolares. No caso do ENEM e dos vestibulares o desempenho dos alunos nas questões de Educação Física, não devem recair unicamente sobre o professor de Educação Física.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Do mesmo modo, o currículo da disciplina não pode se deixar influenciar por estes exames, a ponto de sofrer uma reestruturação curricular em prol de atender as exigências das avaliações externas, como já se observa em relação à disciplina de Língua Portuguesa e Matemática no que tange a Prova Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C.L.A. **Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário.** Petrópolis: Vozes, 2010.

BARBOSA, C.L.A. **Educação Física Escolar: as representações sociais.** Rio de Janeiro: Shape, 2001.

BETTI, M. **Educação física escolar: do idealismo à pesquisa-ação.** 2002. 336f. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Educação Física, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2002.

BETTI, I.C.R.; MIZUKAMI, M.G.N. História de vida: trajetória de uma professora de Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.3, n.2, dez., 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.** 4. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei n. 10.793, de 1 de dezembro de 2003.** Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei n. 9394. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001.** Introduce a palavra “obrigatório” após a expressão curricular, constante do § 3º do art. 26 da Lei n. 9394. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

DAMASCENO, E. **O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no Estado do Acre.** 2009. 351 folhas. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós- Graduação em



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Educação: Conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2009.

DARIDO S.C. et al. **Educação Física no Ensino Médio: Reflexões e Ações**. São Paulo: Motriz, vol. 5, n° 2, 1999.

FREIRE DA SILVA, J. B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. Campinas: Scipione, 1989.

GARCIA, M.; ANADON, S. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009.

GARIGLIO, J.A. ET AL. Professores de Educação Física e a entrada na profissão docente: uma iniciação a docência singular? In: III Congresso Internacional sobre profesorado principiante e inserción profesional a la docência, 2012, Santiago (Chile). **Anais...** 2012, p.01-14.

ILHA, F.R. da S. **O professor de educação física e sua participação na gestão escolar: contribuições para a formação profissional**. 2008. 55f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

ILHA, F.R. da S.; CRISTINO, A.P. da R.; KRÜGER, L.G. A evasão dos alunos do ensino médio nas aulas de Educação Física. **Revista Biomotriz**, Cruz Alta: UNICRUZ, n.4, p.15-31, nov., 2006.

KRUG, H.N.; KRÜGER, L.G. A estruturação organizacional da Educação Física no ensino médio em Santa Maria (RS) nas escolas com Estágio Curricular Supervisionado do CEFD/UFSM. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, XXVI, 2007, Pelotas. **Anais...**, Pelotas: ESEF/UFPEL, 2007. CD-Room. p.1-10.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Unijuí, 1998.

HYPOLITO, A. M. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out.-dez. 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

NUNES, F.S. **Educação Física frente ao processo de terceirização**. 2001. Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Elisa Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila de Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

POSSEBON, M. O estudo de caso na investigação em Educação Física na perspectiva qualitativa. In: CAUDURO, M.T. (Org.) **Investigação em Educação Física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa**. Novo Hamburgo; Feevale, 2004. p.51-66.

RAMOS, G.; FERREIRA, L. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física e saúde. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, v. 5, p. 55-63, 2000.

SOUZA, S.; ARCAS, P. Implicações da Avaliação em Larga Escala no Currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática** - v. 20, n.35, jul.-dez.-2010, p. 181-199, 2009.

Endereço: Dr. Amarante, 324, AP: 206^a. CEP: 96020-720. Pelotas – RS.
francieleilha@gmail.com